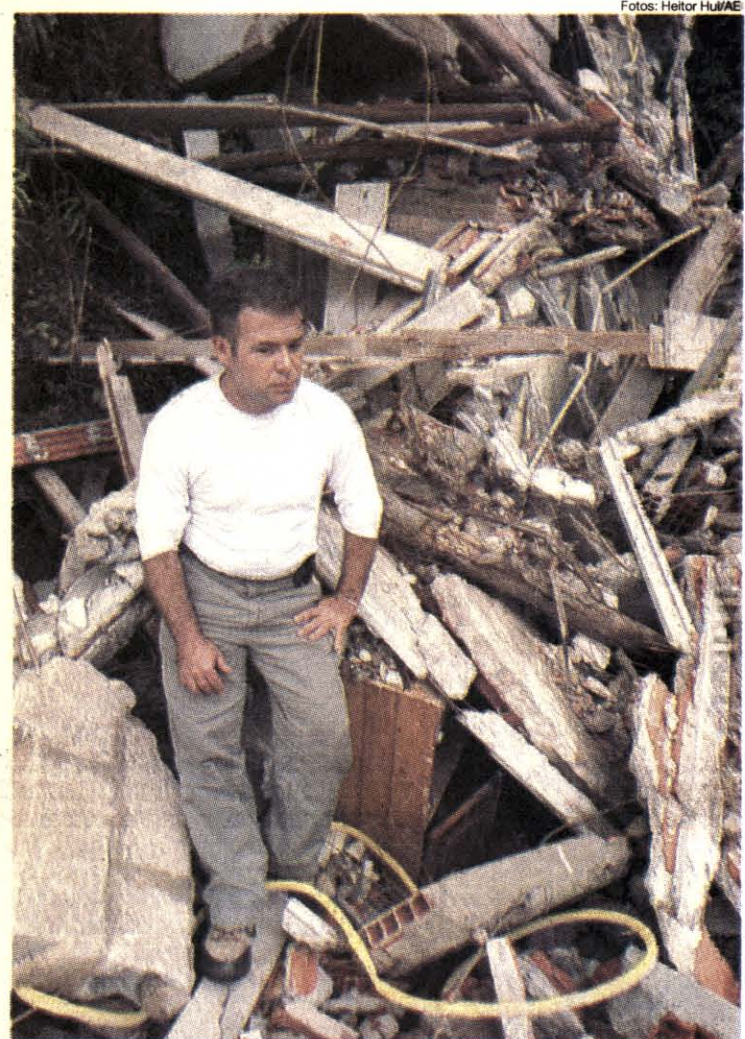




NA LINHA DO MAR, as casas construídas sobre o mangue quase foram destruídas por uma ressaca. Agora, avalia-se se os moradores terão de sair



A CASA de Rubens Martins, no chão. "Vou buscar meus direitos"

São Sebastião começa a preservar suas áreas de proteção ambiental

O prefeito Paulo Julião diz que só quer fazer cumprir a lei. E a lei diz que não se pode construir em áreas de preservação ambiental. Assim, as casas ilegais estão sendo destruídas. Por Valdir Sanches

O homem fala em impor a autoridade e em poder de polícia. Diz que os problemas têm de ser enfrentados. "O que tem que ser feito, tem que ser feito". Mandou tratores destruir casas que os desobedientes estavam construindo.

Não se trata de um político conservador ou um militar saudosos dos anos de chumbo. O prefeito de São Sebastião, Paulo Julião, é um tucano. Seu partido é o PSDB, freqüentemente tachado de indeciso. O que Julião está fazendo é impedir que o crescimento da população do município — o maior índice do Estado — comprometa uma preciosidade que recobre 84% de sua área: a Mata Atlântica.

Os códigos dizem que não se pode construir em áreas de preservação ambiental. Julião está cumprindo a lei. No caso da Mata Atlântica, a situação é ainda mais delicada: a ocupação desordenada e a omissão do poder público provocaram tal devastação que, hoje, restam apenas 5% dos 80% que originalmente cobriam o Estado. Em São Sebastião, agora há uma novidade: a lei "pegou".

A ocupação clandestina — e tolerada — das encostas da Serra do Mar resulta em outro problema grave: o das áreas de risco. De março para cá, os tratores da prefeitura demoliram 25 casas. A maior parte estava em área de risco. O prefeito Julião atua sem autorização judicial e não indeniza ninguém. "Estou seguro de que o poder de polícia nos permite tomar as providências, independentemente do Poder Judiciário".

Nos casos da área de preservação ambiental — em especial no Parque Estadual de São Sebastião, que concentra a Mata

Atlântica —, apenas as casas em construção estão sendo demolidas. São obras clandestinas. Os proprietários não apresentaram planta à prefeitura, nem requereram qualquer trâmite.

Na outra situação, a das áreas de risco, geralmente em morros, as famílias são convencidas a sair. A casa é demolida, para não comprometer a segurança das que estão abaixo. As famílias são levadas para locais como centros esportivos. Muitas aceitam a ajuda da prefeitura para voltar a seus lugares de origem (principalmente Minas Gerais, cidades paulistas, Bahia e Ceará).

"A pessoa é notificada; em caso de risco de vida, a retirada é imediata", diz o coronel da reserva da Polícia Militar Rui Nogueira Lima, que coordena todo o trabalho. "Isso é obrigação nossa".

Código nas paredes

Em São Sebastião, não há uma única casa em área de risco não monitorada pela Defesa Civil. Desde o começo do ano, equipes batem de porta em porta, "como uma vendedora da Avon", segundo Nogueira. O resultado é um croqui de cada área, com a situação de cada casa e o nome de cada morador. Isso significa que todas as 925 casas, situadas em 42 áreas de risco, onde vivem 3.700 pessoas, estão sob controle.

As casas têm um código pintado em uma parede externa. A de Maria Marizetti, doméstica, uma filha, marido ajudante de pedreiro, é a DC19 (Defesa Civil 19). Fica na encosta de um morro. A casa está "afundando", como diz a própria Maria. O piso da cozinha, cedendo. As paredes, começando a rachar. As águas servidas infiltram-se na terra e provocam o que os técnicos chamam de "movimento do solo".

O pessoal da Defesa Civil orienta os moradores, sugere obras. Maria está tentando convencer vizinhos a fazerem, juntos, um reforço de encosta que dará maior segurança a todos. Mas se a situação se tornar crítica, ela e sua família terão de sair. Isso aconteceu com uma

vizinha, recentemente. Em São Sebastião, não se espera a próxima chuva forte para ver o que vai acontecer.

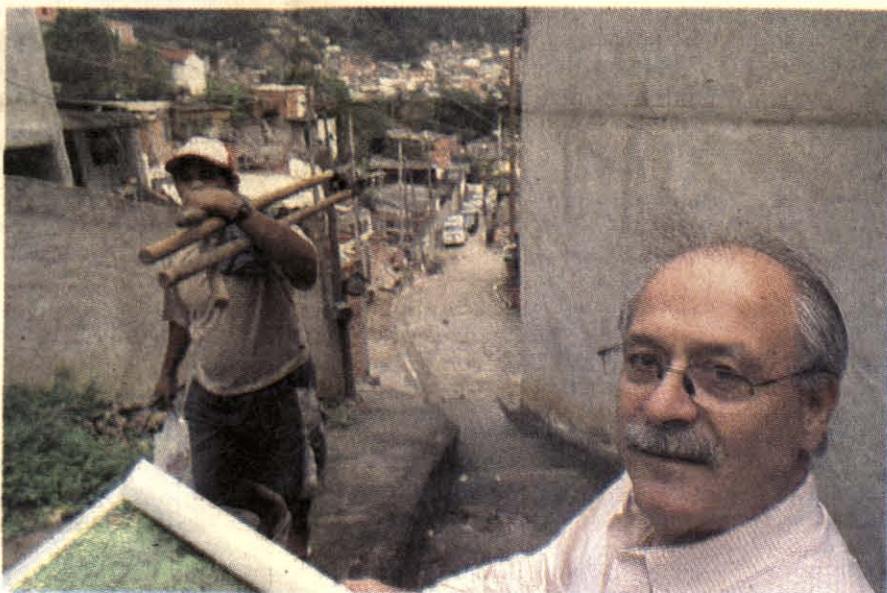
A prefeitura alugou um helicóptero, para vigiar do alto. Voa 30 horas por mês. Também recebe, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), imagens de satélite. Com isso, se uma nova construção clandestina surge, os técnicos agem. Foi assim que descobriram a casa de veraneio, em obras, de Rubens Martins, dono de uma loja de rolamentos no Tucuruvi, em São Paulo.

A casa estava dentro do Parque Estadual de São Sebastião. Na semana passada, um trator subiu por uma rua de terra da Vila Tropicanga, em Boicucanga, no litoral sul do município. No fim da rua, num ponto em que há samambaias nativas, entrou no terreno de Rubens e pôs abaixo a casa em obras.

Rubens admite que a obra era clandestina. Alega que é difícil entrar com os papéis na prefeitura. Diz que comprou a posse da área, cerca de 2.500 metros quadrados, em 1992. "Não tinha nenhuma placa dizendo que era embargada". Só em 1996, diz, o Ministério Público entrou com ação "contra todo mundo aqui". A rua que leva ao terreno está ladeada por casas, também irregulares, de moradores locais.

A de Rubens, diz ele, começou a ser construída em 1992. Chegou a um salão, dois quartos, dois banheiros. Há seis meses, iniciou a construção de um segundo andar. Agora, diante dos escombros, diz que a casa, com o andar em construção, tinha "muito mais de cem metros quadrados" (a prefeitura fala em 200). E que não sabe quanto havia gasto na obra (a estimativa é mais de R\$ 100 mil). "Vou buscar os meus direitos", diz.

Em outro extremo, no Canto do Mar, um bairro praiano, a prefeitura demoliu o barraco de três cômodos em que Seo Magrão (como era conhecido) morava com a mulher e três filhos. O barraco estava em área destinada a uma praça. A família, dizem os vizinhos, voltou



O barraco de Seo Magrão, no Canto do Mar, foi demolido (acima); estava em área destinada a uma praça. O prefeito Paulo Julião (E) quer "estancar o crescimento" das construções clandestinas na cidade

para o Nordeste. Ali perto, casas construídas na linha do mar, sobre o mangue (também protegido por lei), quase foram destruídas por uma forte ressaca, em 1.º de Maio. A Defesa Civil avalia se os moradores terão de sair.

O prefeito Paulo Julião diz que está buscando "estancar o crescimento" das construções clandestinas. Em um primeiro momento, a prefeitura mapeou as ocupações ilegais. Fez gravações em vídeo sobre elas. Em março, iniciou a "segunda fase": "a punição pela desobediência". "Impor a autoridade, não deixar o mal crescer". As ações têm parceria com a PM, incluída a Polícia Florestal, e o Instituto Florestal, do governo do Estado.

Antes de desencadeá-las, o prefeito convidou, para uma

reunião, um juiz, o promotor que cuida do meio ambiente, policiais civis e militares e técnicos do Departamento de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN). Expôs a situação e exibiu os vídeos. "Eles confirmaram que, nesses casos, a prefeitura tem poder de polícia".

Indústria da invasão

No começo, diz o prefeito, a população foi avisada. "Mas as construções clandestinas continuaram". Julião atribuiu o surgimento dessas construções a "uma indústria": "O sujeito sobe um barraco em 12 horas e põe uma mulher grávida lá dentro". Promove a grilagem de terras e abre lotes para vender. "São lotes tão pequenos que mal cabe um barraco. Não há lugar nem para a fossa".

Na prefeitura, acredita-se (embora ninguém declare oficialmente) que uma vereadora da legislatura anterior, Ivonilde de Lima, esteve por trás do crescimento das construções clandestinas. Isso teria se dado na Vila Baiana, na Barra do Sahy, na costa sul do município. As informações são de que a vereadora trazia migrantes da Bahia, de ônibus, e os instalava na vila. Aqui, tiravam título de eleitor para cumprir a promessa de votar nela.

A vila, incrustrada na Mata Atlântica, surgiu há 13 anos, quando três famílias fizeram uma invasão. Hoje tem cerca de 150 famílias. A filha de um dos pioneiros, Erenice Batista, diz que Ivonilde trouxe a luz elétrica para cá. Ela e outros moradores afirmam desconhecer quem trouxesse os migrantes baianos. O JT não encontrou a vereadora (que terminou o mandato afastada da Câmara, acusada de envolvimento em um caso de

corrupção). A informação, hoje, é que vive no Nordeste.

O prefeito Julião, 56 anos, dois filhos, técnico da Petrobrás por 25 anos, advogado, ex-deputado, foi nomeado prefeito da cidade pelo então governador Franco Montoro, em 1985. Voltou ao cargo, pelo voto, em 1989, e agora, em 2001. Diz que sempre se preocupou com o meio ambiente. "Fui pioneiro na criação da coleta do lixo seletivo no País" (como prefeito, em 1989).

Em 1990, depois que a Constituição Federal permitiu aos municípios ter sua legislação ambiental, criou a de São Sebastião. Não acredita que a perseguição às construções clandestinas lhe traga desgaste político. "A sociedade civil reclamava dos desmandos".

O vereador Edivaldo Reimberg (PPS), de oposição, concorda que a prefeitura deve cobrir tais construções. Mas acha que um "diálogo positivo" poderia substituir as ações mais drásticas. "São pessoas boas, que compraram uma posse num lugar de ocupação desordenada. Não são bandidos".

Em suma, julga que muitas casas (como a do comerciante de Tucuruvi, Rubens Martins) não precisariam ser demolidas. Em outros casos (como os das áreas de risco), acredita que é preciso dar mais condições para as pessoas mudarem.

O líder do governo na Câmara, Marcos de Souza (PSDB), diz que já questionou o prefeito sobre a necessidade de construir um conjunto habitacional. Quer que o conjunto seja coberto do Estado. "Temos de criar uma maneira de encaminhar essas pessoas para algum lugar. Se elas foram bem ou mal-intencionadas, isso é outra coisa".



A prefeitura alugou um helicóptero (D) para vigiar as construções do alto. O coronel da reserva da PM Rui Nogueira Lima (acima) coordena todo o trabalho

